

"A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto". Condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX

Resumo: Este artigo pretende analisar as relações de gênero em fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, destacando as condições do trabalho feminino nos primeiros anos do século XX, bem como os modos de resistência utilizados pelas tecelãs diante de diversos tipos de exploração. As operárias têxteis trabalhavam longas horas, em ambientes insalubres, recebiam remunerações menores do que as atribuídas aos homens e ainda eram vistas por estes como mão de obra concorrente. Contudo, diversas trabalhadoras lutaram coletivamente por melhores condições de trabalho e vida. Destarte, este estudo prioriza a abordagem dessas ações de reivindicação exercidas dentro e fora das fábricas.

Palavras-chave: condições de trabalho, operárias têxteis, relações de gênero, modos de resistência.

"El alma de la mujer brasileña explotó en vibrante protesta". Condiciones de trabajo femenino y formas de resistencia en las fábricas textiles de Río de Janeiro en las primeras décadas del siglo XX

Resumen: Este artículo pretende analizar las relaciones de género en fábricas de tejidos de Río de Janeiro, destacando las condiciones del trabajo femenino en los primeros años del siglo XX, así como los modos de resistencia utilizados por las tejedoras frente a diversos tipos de explotación. Las obreras textiles trabajaban largas horas en ambientes insalubres, recibían remuneraciones menores que las atribuidas a los hombres y aún eran vistas por estos como mano de obra concorrente. Sin embargo, varias trabajadoras lucharon colectivamente por mejores condiciones de trabajo y vida. De este modo, este estudio prioriza el abordaje de esas acciones de reivindicación ejercidas dentro y fuera de las fábricas.

Palabras clave: condiciones de trabajo, obreras textiles, relaciones de género, modos de resistencia.

"The soul of Brazilian woman burst into vibrant protest". Women's working conditions and forms of resistance in textile factories in Rio de Janeiro in the first decades of the 20th century

Abstract: This article analyzes gender relations in textile factories in Rio de Janeiro, highlighting the conditions of female labor in the early years of the twentieth century, as well as the modes of resistance employed by weavers in the face of various types of exploitation. Textile woman workers worked long hours in unhealthy environments, received lower wages than men did, and were seen by the latter as competition. However, several weavers collectively struggled for better working and living conditions. This study approaches these actions carried out both inside and outside factories.

Keywords: working conditions, textile workers, gender relations, modes of resistance.

Cómo citar este artículo: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro e Isabelle Cristina da Silva Pires, "A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto". Condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX", *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 12 [2018]: 54-75.

DOI: 10.17533/udea.trahs.n12a04

Fecha de recepción: 16 de octubre de 2017

Fecha de aprobación: 7 de marzo de 2018

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro: Doctor en História, Política e Bens Culturais por el Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) de la Fundação Getúlio Vargas (FGV). Actualmente realiza una estancia posdoctoral en el Instituto Multidisciplinar de la Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Correo electrónico: felipe_ffp@yahoo.com.br

Isabelle Cristina da Silva Pires: Estudiante de Maestría en História, Política e Bens Culturais del CPDOC-FGV.

Correo electrónico: isabellecpires@gmail.com

“A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto”. Condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro e Isabelle Cristina da Silva Pires

Introdução

— E as tecelãs?... Produzem muito?

— Tecelões?... Varra fora! Só temos oito... E já é muito. Se os conservamos, é porque, com a prática que têm, ensinam os que entram...

—?

— Tudo mulheres!... É a gente que serve: produz muito e recebe pouco. Não imaginas como rende o trabalho das mulheres e das crianças.

— E ganham bom ordenado?

— Upa!... Uma fortuna! Sempre queria que fosses ver a alegria da *tropa*... É o único *gado* que nos serve... Também, para que querem dinheiro em espécie? Querem comer? Tem a cooperativa; querem remédios? Tem farmácia, como antes tiveram médicos, tudo da fábrica; calçado, a fábrica fornece; moram em casas da fábrica; fazendas...

— Ah, isto é lógico...

— Parece. Se por desleixo deixam passar uma falha no tecido, podem contar como certo que aquele pedaço lhes pertence, a dinheiro, já se vê... Há seis anos que não há uma *greve*... Morre muita gente tísica, isso lá morre, mas que culpa temos nós de que as mulheres sejam tão fracas, tão franzinas as crianças?

Th.Vanden, “...De Sétimo Dia”, *O Fluminense* (Niterói) 26 de maio de 1907: 1.

Este diálogo — confidenciado durante uma viagem de bonde e publicado por Th.Vanden em sua coluna dominical no jornal *O Fluminense* — expõe estratégias do empresariado têxtil visando maior produtividade e menores custos em suas unidades fabris. Dedicada aos assuntos mais comentados da semana, a coluna “... De Sétimo Dia” abordou, naquela ocasião, sobre uma “suposta greve dos obreiros infantis de uma fábrica de fósforos” em Niterói, cidade vizinha ao Rio de Janeiro.

Ao longo do texto, de forma crítica e por vezes irônica, o autor procurou evidenciar o quanto o destino das pessoas era definido por sua origem social e citou, como exemplo, a conversa sobre as tecelãs que ele havia presenciado no bonde.

O tosquiador de *gado* era um senhor gordo e abrihantado, arrotando abundância e estupidez. É assim que às infelizes obreiras e aos mal nascidos aprendizes pagam os potentados senhores, donos de fábrica de qualquer indústria, explorando a singeleza das nossas patrícias e a inexperiência das crianças. Operário taludo não lhes serve... Gente que está filiada a centros de resistência e que conhece artigos da Constituição, passa fora! [...] E são tão caridosos os donos das fábricas... E são tão ternos para as obreiras bonitas os seus gerentes... Avante!... Só tem direito de vida e pode gozar os prazeres do mundo quem nasceu empelicado e teve dentro da bacia de prata, no primeiro banho, uma moeda de ouro. Filho de pobre? Puh! Porcaria! Toca para a fábrica! Lá está o livro negro da humilhação e onde escreve a palavra tuberculose.¹

Por um lado, o autor conseguiu denunciar formas de exploração do trabalho infantil e feminino, utilizando argumentos bastante contundentes e até “inovadores” para a época. De outro, no entanto, acabou por reforçar antagonismos de gênero, na medida em que as tecelãs — juntamente com as crianças — eram caracterizadas pela fragilidade física e incapacidade de resistência ao patronato, quase que em oposição aos operários homens, idealizados como “fortes, filiados a organizações de classe e cientes de seus direitos”.

A propósito, essas distinções eram, em grande medida, compartilhadas por empresários, operários e militantes. Os primeiros mantinham esse discurso por estarem preocupados com os lucros da fábrica, enquanto que os demais, por vezes, viam as tecelãs como suas concorrentes.

Desse modo, o presente artigo — elaborado em coautoria e buscando diálogos entre duas trajetórias de pesquisa no âmbito da história social do trabalho — pretende analisar aspectos das condições de trabalho em fábricas têxteis do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nos primeiros anos do século XX; sobretudo, procurando ressaltar as relações de gênero presentes nesses postos de trabalho, bem como os modos de resistência utilizados pela mão de obra feminina nesses espaços explorados e hierarquizados de trabalho em que as mulheres, geralmente, ocupavam os cargos que não exigiam qualificação e, portanto, recebiam as menores remunerações.

Inicialmente, convém ressaltar que o período compreendido entre 1892 a 1930 é apontado como a “idade do ouro” da indústria têxtil de algodão no Brasil, revelando-se como o principal ramo de atividade do setor industrial no país antes de 1914.²

Na cidade do Rio de Janeiro, particularmente, um surto industrial foi desencadeado durante a década de 1880, com o estabelecimento de diversas fábricas

1. Th. Vanden, “...De Sétimo Dia”, *O Fluminense* (Niterói) 26 de maio de 1907: 1. As citações de periódicos foram adaptadas para a Língua Portuguesa atual, visando propiciar melhor compreensão do texto.

2. Stanley J. Stein, *Origens e evolução da Indústria têxtil no Brasil – 1850/1950* (Rio de Janeiro: Campus, 1979) 107.

(incluindo as têxteis). No início do século XX, a cidade despontava como o principal centro industrial do Brasil, só perdendo esta posição para o município de São Paulo ao longo da década de 1920.³

Ao longo desse período, a indústria têxtil do Rio de Janeiro incorporou um considerável número de mulheres e crianças em seus postos de trabalho. No entanto, tendo em vista que os respectivos dados quantitativos disponíveis sobre mão de obra têxtil na cidade não são coesos, a proposta desse artigo será apresentar um breve panorama, a partir de uma análise de gênero, utilizando-se de fontes primárias e secundárias.⁴

O *Recenseamento do Rio de Janeiro*, realizado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1906, por exemplo, registrou que os ramos “textis” e “vestuario e toilette” concentravam considerável mão de obra feminina. No primeiro subgrupo, haviam 1,924 homens e 1,010 mulheres, correspondendo o trabalho feminino a 34.42%; no segundo subgrupo, trabalhavam 13,523 homens e 18,187 mulheres, sendo 57.35% correspondente à força de trabalho feminina.⁵

Em levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil, no ano de 1907, foi verificado que as fábricas de tecidos da cidade do Rio de Janeiro empregavam 52% da força de trabalho dos estabelecimentos manufaturados, cada uma com 200 operários aproximadamente.⁶

A Fábrica Aliança, localizada no bairro de Laranjeiras, por exemplo, em 1882, empregava 98 operários, 35 operárias e 41 crianças, representando as operárias adultas 16.6% da força de trabalho, sem contar as trabalhadoras menores.⁷

De acordo com informações do jornal *The Rio News*, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, proprietária da Fábrica Bangu, localizada na zona rural da cidade, apresentava a seguinte composição de trabalhadores, em 1899: 558 homens,

3. Márcio Piñon de Oliveira, “Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro”, *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* 10.218 (2006). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-51.htm> (25/09/2017).
4. Os principais estabelecimentos têxteis do Rio de Janeiro (Distrito Federal), em 1905, de acordo com o Centro Industrial do Brasil, eram as fábricas Aliança, Bangu, Confiança, Carioca, Cruzeiro e Bonfim. As duas últimas pertenciam à Companhia América Fabril, que posteriormente construiu a fábrica Mavilis, em 1911, e adquiriu a fábrica Carioca, na década de 1920, tornando-se a principal empresa têxtil do país. Outros estabelecimentos importantes na cidade foram a fábrica Corcovado e Botafogo. Elisabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos, *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930* (Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa / Confederação Nacional da Indústria, 1986) 129-132.
5. Prefeitura do Distrito Federal, *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Realizado em 20 setembro de 1906* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907) 104.
6. Flávio Rabelo Versiani, “Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914”, *Revista Brasileira de Economia* 34.1 (1980): 3 e 7.
7. Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, “Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985) 145.

286 mulheres, 205 meninos e 154 meninas, o trabalho feminino, então, representando 36.57% da mão de obra empregada.⁸

Em 1913, a Fábrica Confiança possuía uma força de trabalho de 1,450 pessoas, sendo 558 homens, 475 mulheres e 417 menores (rapazes e meninas maiores de 12 anos). O trabalho feminino adulto nesta fábrica representava, portanto, 32.7% da mão de obra empregada.⁹

Em 1914, a força de trabalho na Fábrica Corcovado era composta da seguinte forma: 582 homens, 260 mulheres, 94 meninos e 48 meninas, ao todo 984 operários/as têxteis.¹⁰

Assim, entendemos como essencial analisar as relações de gênero presentes nesses ambientes de trabalho, em um período em que, segundo a ordem burguesa e a "divisão natural do trabalho", a atribuição do trabalho produtivo ainda era masculina e o espaço feminino era o doméstico.¹¹

Contudo, é importante atentar para uma observação feita por Michele Perrot: "As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram 'profissões'",¹² ou seja, procuramos destacar aqui o trabalho nas fábricas de tecidos como mais uma das ocupações que as mulheres executaram, pois até a abertura do "mercado produtivo" à atuação feminina (nesse caso nas fábricas de tecidos), as trabalhadoras das classes populares efetuavam funções que estavam mais ligadas à extensão de suas tarefas domésticas (ainda que remuneradas) como lavar e passar roupa, amamentar e cuidar de crianças, vender produtos alimentícios, entre outras atribuições.¹³

Com a inserção nas fábricas de tecidos, as trabalhadoras das classes populares adentraram em um novo ambiente de trabalho com características próprias, o que lhes proporcionou alterar suas normas de conduta. Em decorrência de andar pelas ruas desacompanhadas, muitas vezes, à noite, trabalhar fora de casa em um ambiente fechado, lidar com a presença masculina ao longo do dia de trabalho, ser alvo de abusos sexuais de mestres e contramestres, as operárias ampliaram suas noções de padrões de comportamento social e até mesmo sexual perante o que era estabelecido para mulheres nesse período. Até mesmo porque por serem possuidoras de uma renda, essas mulheres tinham mais liberdade para dar fim às relações indesejadas. Em alguns casos, essas normas de conduta das mulheres trabalhadoras causavam um certo "desconforto" aos homens pela liberdade

8. "Business Notes", *The Rio News* (Rio de Janeiro) 26 de dezembro de 1899: 8.

9. Reginald Lloyd, dir., *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, seu comércio, suas indústrias e recursos* (Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913) 386.

10. "Relatório da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado", Rio de Janeiro, 1915-1917. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, tomo I0001192620, f. 16.

11. Tranquillo Gazzola e Maria Lúcia Franco Azambuja, "A mulher e o processo produtivo", *Publicatio UEPG – Ciências Humanas* 8.1 (2000) 31-49; Verena Stolcke, "Mulher e trabalho", *Estudos Cebrap* 26 (1980): 81-117.

12. Michelle Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história* (Bauru: EDUSC, 2005) 251.

13. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Campinas: Editora da Unicamp, 2012) 203.

adquirida por elas: “Dizem que é a necessidade que a atrai assim ao trabalho nas fábricas, o que não é em muitos casos verdade; é antes um vício que as nossas moças estão adquirindo de andarem na rua, ouvindo chalaças e serem acompanhadas pelos sedutores até a porta de suas casas ou das fábricas”.¹⁴ O trabalho feminino em fábricas de tecidos e em outros setores da indústria na primeira metade do século XX tem sido analisado há décadas em pesquisas científicas. Trabalhos como o de Maria Valéria Junho Pena e Margareth Rago são importantes iniciativas nesse sentido. No entanto, as pesquisas que abordam o trabalho feminino focalizam, sobretudo, a exploração exercida sobre o trabalho das mulheres;¹⁵ percentuais de inserção em tais postos de trabalho e principais seções em que se concentravam;¹⁶ e estudos baseados majoritariamente em fábricas de São Paulo.¹⁷

Ressaltamos a relevância desses trabalhos como contribuições para o estudo da história das mulheres e dos mundos do trabalho. Contudo, esta pesquisa procura propor um outro ponto de vista para pensar o trabalho feminino em fábricas de tecidos, a partir dos modos de resistência das operárias têxteis do Distrito Federal diante da exploração que sofriam nesses espaços de trabalho. O enfoque nas ações reivindicatórias das mulheres nos possibilita enxergá-las além da imagem da opressão e exploração, e como sujeitos de suas próprias histórias. Para tal empreendimento, buscando aproximar estudos sobre gênero e história do trabalho, privilegiamos cotejar fontes da imprensa referentes ao período proposto no artigo, a partir de buscas sobre fábricas e trabalhadoras têxteis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil).¹⁸

A partir da perspectiva de gênero, novas questões se tornam possíveis nos mundos do trabalho. Nesse sentido, ao focalizarmos as condições do trabalho feminino em fábricas de tecidos e os modos de reivindicações de operárias nesses postos de trabalho, poderemos perceber especificidades do gênero feminino e suas relações nesse ramo industrial que incorporou considerável mão de obra de mulheres.

-
14. “Coluna Operária: as mulheres nas fábricas”, *A Época* (Rio de Janeiro) 19 de agosto de 1913: 5.
 15. Maria Valéria Junho Pena, *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981); Margareth Rago, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).
 16. Eva Alterman Blay, *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista* (São Paulo: Editora Ática, 1978).
 17. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital* (Petrópolis: Editora Vozes, 1982); Barbara Weinstein, “As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias de não-qualificadas a esposas profissionais”, *Cadernos Pagu* 4 (1995): 143-171. Esta última, além de brasilianista, é filiada a uma geração mais recente de pesquisadoras, propondo outro tipo de problematização.
 18. Convém salientar que foge aos objetivos desse artigo realizar um debate específico sobre as orientações dos diversos jornais consultados. As reportagens da imprensa obviamente contêm limitações, as quais buscamos enfrentar por meio do cruzamento com outras fontes documentais.

1. Condições de trabalho nas fábricas de tecidos da cidade

De modo geral, o operariado fabril era oriundo dos segmentos mais pobres da população urbana. Num primeiro momento, essa mão de obra era composta majoritariamente por homens, escravizados e livres. Contudo, com o desenvolvimento da indústria manufatureira e com o aumento da demanda por trabalhadores fabris, a força de trabalho nesses postos passou a abranger mulheres e crianças. Nas primeiras indústrias têxteis cariocas (a partir da segunda metade do século XIX), conforme aponta Francisca Nogueira de Azevedo, o número de mulheres e menores entre os trabalhadores já era significativo,¹⁹ e podemos afirmar que essa alta concentração tenha perdurado durante as primeiras décadas do século XX, como exemplo, destaca-se a Fábrica Confiança, localizada em Vila Isabel, que, em 1913, tinha 61.4% da sua força de trabalho constituída de mão de obra feminina e infantil.²⁰

Nesse sentido, percebemos uma preocupação, por parte de alguns trabalhadores publicada na imprensa operária, de que seu trabalho estivesse sendo substituído por mulheres e crianças. Vejamos alguns exemplos desses relatos:

O único desejo do capital é pagar por um trabalho de 12, 14 e 16 horas, um ordenado íntimo, desgraçado. *Fazer concorrência com o trabalho das mulheres e das crianças, o trabalho do homem.* Tratar os seus operários com o maior desprezo e ganância, *por que sendo as mulheres e as crianças a parte fraca, submissa, não pode reagir contra a prepotência do seu opressor – o patrão.*²¹

Não se trabalha como homens, trabalha-se como bestas de carga, sem descanso, mal alojados e mal alimentados, pois até nisto são roubados, são explorados miseravelmente. Verdadeiros presídios, de lá nada transpira. Ninguém cá fora sabe que pouco a pouco a gerência das fábricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres. Igualmente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a *constituição débil da mulher*, é retribuído com um salário irrisório, inferior ao do homem. Há mais, crianças de 8 a 14 anos, as dezenas trabalham sem descanso, desde os alvares da manhã até que o crepúsculo se anuncia expostas a mil perigos que a infância justifica.²²

No primeiro trecho podemos ver uma denúncia na fala do trabalhador a respeito das possíveis horas trabalhadas, e ainda, o receio de que os operários estivessem perdendo postos de trabalho para a mão de obra feminina e infantil.

Além disso, ao se sentirem ameaçados com a presença das mulheres ocupando espaços de trabalho “masculinos”, os articulistas dos jornais operários, em nome

19. Francisca Nogueira de Azevedo, *Malandros desconsolados: O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005) 20.

20. O estabelecimento possuía uma força de trabalho de 1,450 pessoas, sendo 558 homens, 475 mulheres e 417 menores. Lloyd 386.

21. Estevam Estrella, “A Reforma: La grève –VII”, *Gazeta Operária* (Rio de Janeiro) 23 de novembro de 1902: 1. Grifo nosso.

22. “Dos ergástulos industriais”, *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro) 1 de julho de 1908: 2. Grifo nosso.

dos trabalhadores ressaltavam a “fragilidade” e “debilidade física” como características supostamente naturais das mulheres, que prejudicariam a execução do serviço.

Michelle Perrot defende que a preferência por admitir mulheres em determinados setores era oriunda da ideia de que o sexo feminino possuía delicadeza necessária para lidar com certos produtos, submissão, paciência e cuidado, características importantes no trabalho fabril, ainda muito manual, ou seja, características que também constavam no imaginário de alguns operários a respeito das trabalhadoras de fábricas.²³

A autora elucida que essas qualificações que interessavam para a execução de determinadas atividades eram revestidas como “qualidades naturais” femininas. Nesse sentido, para Perrot, a chamada “profissão de mulher” é uma construção oriunda da relação entre os sexos. Estas qualidades são, num primeiro momento, empregadas às mulheres na esfera doméstica, geradoras de serviços mais do que de mercadorias, no entanto, ao serem inseridas no “trabalho produtivo” essas “qualidades naturais” apresentavam-se como úteis para a execução das atividades e para o bem-estar do ambiente.²⁴

É possível também encontrar na imprensa, tanto na operária quanto na “burguesa”, relatos que ressaltavam o emprego de jovens moças nas fábricas: “Quem entre às seis e às oito da manhã percorrer a prolongada linha que deriva entre Catumbi e o Largo do Paço, se tiver olhos de ver, notará os fartos ranchos de moças e de crianças que se encaminham à fábrica, à conquista do pão indispensável, ao trabalho”.²⁵

Ao que parece, a Fábrica Aliança também empregava um grande contingente de moças:

Foi um dia desses. Eram quase 10 horas da manhã. A fábrica de tecidos Aliança, minutos antes, havia dado aos seus operários a primeira folga da labuta do dia. É sabido o que acontece então: a curta via pública que do edifício da fábrica vai ter à Rua das Laranjeiras fica, por uns cinco a dez minutos, coalhada de gente salpintada de variegados tons. São, *principalmente*, *mocinhas*, no mais doce verdor da vida, que, de saia-curta e chinelas, aos grupos risonhos e trefegas, lá seguem apressadas, rumo feito para casa, onde vão almoçar; e com elas desfilam meninos e moços, homens e mulheres de idade mais alentada, que todos correm no mesmo sentido e com o mesmo fim.²⁶

Dada a presença considerável de mulheres nas fábricas de tecidos é possível perceber na imprensa vozes masculinas preocupadas com a moralidade dessas trabalhadoras. Torna-se possível encontrar denúncias de que o espaço das fábricas era ocupado por sedutores que se aproveitavam de seus cargos privilegiados e da

23. Perrot 208.

24. Perrot 253.

25. Lino de Macedo, “O trabalho das mulheres e das crianças II”, *Gazeta Operária* (Rio de Janeiro) 28 de dezembro de 1902: 2.

26. “Romance de uma operária”, *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 18 de dezembro de 1909: 2. Grifo nosso.

influência que exerciam sobre as operárias para desencaminhar as jovens moças e mulheres que precisavam trabalhar para ajudar a família. A seguir, destacamos dois exemplos nesse sentido:

A diretoria da fábrica não deve persistir em conservar essa "trempe", Medeiros, Martello e Tito [mestres], naquele estabelecimento, onde ganham o pão perto de quinhentas moças, que não podem continuar a ser ofendidas no seu pudor por esses "d. Juans", de fancaria [sic], do contrário teremos que registrar fatos desagradáveis, pois, o operariado está indignado com o procedimento vil destes três indivíduos.²⁷

Para o sr Carlos Moreira, provar que é um homem que respeita as "tecelãs" era necessário que [...] não mandasse colocar dentes a "pivôs" nas operarias e outros presentes que ali faz, com o único fito de aquelas "tolas" [...]. Na 2ª feira, quando chegou a "pessoazinha, prequitectica" [sic] do sr gerente, com sua dentadura toda a "arte *nouveaux*", sombrinha, sapatinhos etc, e competente embrulho com roupa de trabalho, o honrado mestre da fábrica suspendeu-a, dizendo que não havia serviço... Ela coitadinha, está muito triste com esse negócio, porque assim está privada de ganhar o pão para seu alimento e da sua mãe. Achamos muito errada essa medida, porquanto elas são vítimas; deviam pelo contrário achar quem no momento lhes amparassem, evitassem essa queda desastrosa no caminhar da vida. Quem devia estar suspenso do serviço era o sr Carlos Moreira, gerente da fábrica, porque o respeito às operarias, é incorreto nos pagamentos, obriga a trabalhar 11 horas por dia e assinar aquilo que os operários não querem...²⁸

É possível notar também, em tais discursos, elementos como a moralidade e a preocupação com a honra das mulheres trabalhadoras nesses espaços de trabalho, no qual elas passavam todo o dia na companhia de outros operários e sob a influência de mestres que usavam seus cargos para conquistá-las ou até mesmo assediá-las e ameaçá-las com a demissão. Observamos, portanto, que os operários buscavam levar essas questões para a imprensa na tentativa de procurar defender a honra de suas companheiras de trabalho e possíveis familiares (esposa, filha, sobrinha); visto que, nesse período, a honra das mulheres estabelecia relação direta com a honra da família. No segundo caso, os operários da fábrica denunciam que o mestre Carlos Moreira presenteava as operárias com o intuito de conquistá-las e depois as dispensava do trabalho. Mais uma vez preocupados com a moralidade das trabalhadoras, o discurso dos operários se articula pela proteção da "coitadinha" e das "tolas" que eram seduzidas pelo mestre, então a imagem da moça, que foi "vítima" de Moreira é construída em torno da ideia de que esta foi iludida e deveria ser amparada.

Margareth Rago argumenta que mesmo na imprensa operária, a imagem da mulher trabalhadora, através das vozes masculinas, é formada como "frágil e

27. "Os escândalos da fábrica 'Marca Olho' em Niterói", *A Razão* (Rio de Janeiro) 9 de maio de 1918: 6.

28. "Escandaloso! O Papai Bazilio da Fábrica de Tecidos S. Salvador", *O Baluarte* (Campos) 13 de dezembro de 1911: 1.

indefesa” e que está em risco iminente de corromper-se física e espiritualmente. São discursos em que é recorrente a crítica à ameaça sexual representada pela dominação do mestre que exerce poder em relação às operárias.²⁹

Aliás, os assédios sexuais sobre as tecelãs em fábricas de tecidos vêm sendo evidenciados e discutidos em diversos estudos. A minissérie *The Mill*, lançada em 2013, pela rede de televisão britânica BBC, por exemplo, abordou histórias de abusos de contramestres e proprietários da tecelagem Quarry Bank Mill, a partir de relatos históricos sobre essa fábrica, a qual atualmente é um museu.

A mesma temática foi abordada por Ann Farnsworth-Alvear em sua pesquisa sobre a greve ocorrida na Companhia de Tecidos de Medellín, na Colômbia, em 1920, onde as trabalhadoras eram submetidas a “incalculáveis abusos” e “violentas seduções” por parte dos supervisores, bem como na recente tese de doutorado defendida por Glaucia Fraccaro sobre os direitos das mulheres brasileiras durante o entre guerras. Ela constatou denúncias de abusos sexuais às trabalhadoras, cometidos por feitores e capatazes, fazendo com que aquelas se tornassem frequentes na imprensa operária do período.³⁰

Há notícias em jornais dando conta desse tipo de abuso em variadas regiões do estado do Rio de Janeiro, na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, quando um gerente “sultão da fábrica de tecidos”, repleto de “apetites libidinosos”, com “abraços, beijos e mais coisas”, recebia operárias de ceroulas para “pouca vergonha praticada lá em cima no escritório”, sendo denunciado nos jornais da cidade e acusado de obrigar operárias a assinar uma carta para desmentir a imprensa.³¹

Os exemplos mencionados, embora respondam a contextos específicos, sugerem uma certa tendência de pesquisa referente à história do trabalho, focando principalmente os períodos considerados “iniciais” de industrialização, a partir da perspectiva de gênero.

No Distrito Federal, diversos mestres e contramestres foram denunciados na imprensa por estarem usando seus cargos para atentarem contra a honra das operárias. Em março de 1901, os operários da Fábrica Carioca se declararam em greve, e, reclamavam, entre outras coisas, do “modo de proceder do contramestre geral, que eles taxaram de incorreto, pois afirmavam, que abusando do seu cargo, entregava-se a conquistas amorosas, requestando as operárias”.³²

A ex-operária da Fábrica Bangu Luiza Ferreira de Medeiros, que trabalhou no estabelecimento na década de 1910, abordou, em entrevista, como um deter-

29. Rago 93.

30. Ann Farnsworth-Alvear, “El misterioso caso de los hombres desaparecidos: género y clase en el Medellín de comienzos de la era industrial”, *Historia y Sociedad* 3 (1996): 141-167; Glaucia Cristina Candian Fraccaro, “Os direitos das mulheres – Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)” (Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2016) 44-45.

31. “Escandaloso! O Papai Bazilio, Sultão da Fábrica de Tecidos”, *O Baluarte* (Campos) 8 de dezembro de 1911: 1.

32. “Greve no Jardim Botânico”, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) 5 de março de 1901: 2.

minado mestre agia para assediar as operárias do local: "Mestre Cláudio Batista fechava moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas operárias foram prostituídas por aquele canalha! Chegava a aplicar punições de 10 a 15 dias pelas menores faltas, e até sem falta, para forçar as moças a cederem aos seus intentos. Quando não era isto, colocava-as em máquinas ruins, dando-lhes fio com defeitos para dificultar-lhes a produção".³³

Segundo Luiza Medeiros, o mestre Cláudio Batista usava seu cargo privilegiado para corromper física e moralmente as trabalhadoras têxteis e era mais rígido com aquelas que não aceitavam suas investidas sexuais. E, ainda, procurava dificultar o trabalho delas aplicando multas ou colocando-as em máquinas defeituosas.

Na Fábrica Aliança, para além dos supervisores metidos à "Dom Juan", comissões de trabalhadores também protestavam "contra o procedimento pouco digno de certos contramestres, que tratam as operárias tecelãs grosseiramente, sujeitando-as a vexames vergonhosos".³⁴

2. Luta por direitos e modos de resistências das operárias têxteis

Ao ser conhecida a resolução dos operários, voltarem hoje ao trabalho, abandonando os demitidos a sua sorte *a alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto partindo da parte feminina das operárias da fábrica. Dir-se-ia que a mulher operária e as crianças estavam mais interessadas na continuação da greve, do que a população masculina da fábrica! E é por isso que os comícios de ontem tiveram mais interesse que os anteriores e o acordo deve fracassar.*³⁵

O trecho acima procura abordar a receptividade das operárias da Fábrica Carioca, localizada no bairro do Jardim Botânico, à notícia de que os operários estavam encerrando a greve que havia sido iniciada uma semana antes. Na época, as mulheres e as crianças, ao contrário dos homens, defendiam a continuidade do movimento de paralisação do trabalho, visto que os demitidos não seriam readmitidos. Tal fragmento possibilita o questionamento acerca de discursos de operários e militantes encontrados — sobretudo na imprensa operária — que argumentavam de as trabalhadoras serem "alheias às explorações a que estavam submetidas", "inconscientes politicamente", "mais fáceis de explorar", como exemplifica o trecho a seguir: "O estado de atraso físico e intelectual em que a sociedade se encontra é devido, em grande parte, ao fato da mulher não se interessar pelas questões econômicas e sociais. Devido à passividade, na qual se tem conservado, conformando-se

33. June E. Hahner, *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940* (Florianópolis: Ed. Mulheres / Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003) 403.

34. "Suspensão de trabalhos na Fábrica Aliança: atitude dos operários", *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 30 de maio de 1903: 2.

35. "A Greve na Carioca", *A Razão* (Rio de Janeiro) 13 de janeiro de 1917: 3. Grifo nosso.

com o muito que sofre e com o pouco que tem, não colaborando com aqueles que se batem pelo ideal e pelo triunfo da liberdade...”.³⁶

Assim, nessa etapa da argumentação, procuraremos ressaltar algumas formas de agência utilizadas pelas operárias têxteis com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho e se posicionarem contra explorações e arbitrariedades. Ainda, apresenta-se como preocupação, desconstruir o discurso difundido por vozes masculinas de que as mulheres trabalhadoras eram passivas às explorações sofridas.

Nos jornais operários, onde a fala masculina também era predominante, há a presença de apelos para que os homens não permitissem que sua esposa e filhos trabalhassem nos mesmos postos de trabalho que eles, pois isso representaria uma desvalorização das remunerações: “Podes te libertar, eu digo, ninho-te nos teus companheiros e fazendo com que a tua esposa e os teus filhos não trabalhem nas oficinas que vais buscar o pão: porque assim acontecendo o teu salário será maior, tua esposa cuidará dos filhos que para serem livres de tão odioso cativoiro devem te ajudar nos afazeres do lar”.³⁷

Percebemos também uma preocupação para que essas mulheres trabalhadoras voltassem a se dedicar prioritariamente aos serviços domésticos e cuidados dos filhos, e que desocupassem a esfera pública e os espaços de trabalho tidos como “masculinos”.

No entanto, mesmo lidando com a depreciação por parte de alguns homens que as enxergavam como concorrência aos postos de trabalhos e consideravam que a mão de obra feminina desvalorizava os salários, as operárias procuraram resistir à exploração sofrida nesses ambientes de trabalho, ainda que de forma aparentemente complementar e/ou subordinada. As mulheres ocupavam, geralmente, as funções que pagavam as menores remunerações e, as formas de agência poderiam se manifestar, por exemplo, com o apoio ao movimento grevista iniciado pelos operários, dando força à paralisação: “Na federação, à noite, quando se achavam reunidos os operários tecelões, pediu a palavra uma operária, empregada em fábrica de tecidos, declarando que estava solidária com os grevistas e esperava que todas as suas companheiras fizessem o mesmo hoje”.³⁸

É possível perceber também, na análise das fontes, uma preocupação vinda de vozes masculinas em relação à moralidade feminina, que estaria em jogo por conta do comportamento de alguns mestres e contramestres na Fábrica Aliança.

O sr. Oliveira e Silva mantém, na denominada fábrica nova, um mestre, o Alberto Goy, que é conhecido por Alberto “Coió”, e um contra-mestre Godoberto Silva, que são uns d. Juan que não respeitam as famílias dos operários, e não poucas vezes tem se dado fatos que, repetidos

36. “As mulheres proletárias”, *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro) 1 de setembro de 1913: 3.

37. J. S. dos Santos, “A escravidão moderna”, *Brazil Operário* (Rio de Janeiro) 1 a 15 de dezembro de 1903: 4. Grifo nosso.

38. “As mulheres na greve”, *A Época* (Rio de Janeiro) 25 de julho de 1917: 2.

constantemente, vão criando uma atmosfera de ódios dos operários contra eles e que pode dar um resultado mau.³⁹

Martha de Abreu Esteves defende que, nesse período, a moralidade da família estava diretamente atrelada à honra das mulheres.⁴⁰ Assim, é possível compreender a preocupação e a revolta dos operários com a aproximação de mestres e contra-mestres em relação às trabalhadoras da fábrica, que podiam ser suas esposas, filhas, irmãs ou ter outro tipo de parentesco. Nesse fragmento da notícia, os operários denunciavam além de estarem expondo a má conduta no trabalho desses funcionários intermediários, também estavam procurando defender a honra dessas operárias, na interpretação de que elas estavam sendo assediadas no afã de zelar pela moralidade familiar.

Contudo, observamos que algumas trabalhadoras se utilizaram da proteção desses funcionários privilegiados, os mestres, contra-mestres e chefes de seção, em benefício próprio e como medida de resistência. Destacam-se dois casos sobre essa questão:

Chega ao nosso conhecimento que o mestre Coió, o conhecido d. Juan da Aliança, tem exercido uma série de vinganças contra os operários de sua repartição, a fim de ser agradável a uma mulher. Entre essas vítimas, segundo nos consta, conta-se um operário de nome Salvador Santos que pelo simples fato de pedir a essa mulher certa quantia que ela lhe devia foi pelo mestre Coió posto na rua.⁴¹

Num dos últimos dias do mês p.p., foi, pelo respectivo chefe de oficina, esbofeteado barbaramente o operário Sergio, encontrado a dirigir gracejos a uma das operárias que trabalha na Fábrica Aliança. Sergio tentou reagir, mas pelo chefe de máquinas sr. Almeida foi chamada a polícia, sendo preso o operário e detido no xadrez 24 horas. Este fato foi presenciado pelos companheiros da vítima sem que um só protesto levantasse entre eles.⁴²

Salientamos que ambos os casos representaram disputas de masculinidades no espaço do trabalho, além de que se constituíram em formas de demonstrar influência de poder com o, possível, intuito de cortejar as trabalhadoras. No primeiro caso, o mestre "Coió" fez uso do seu cargo para delimitar sua superioridade em relação ao operário, mas também para resguardar a trabalhadora cobrada da dívida. Já esta, acabou por se tornar a maior beneficiada pelo enfrentamento entre os dois homens. Além de fazer pública sua proteção por um mestre da

39. "Fábrica de Tecidos Aliança (Laranjeiras)", *Gazeta Operária* (Rio de Janeiro) 16 de novembro de 1902: 1. A expressão "coió" possui significados populares variados, podendo caracterizar tanto um "assobio galanteador", quanto uma "pessoa tola".

40. Martha de Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989).

41. "Fábrica de Tecidos Aliança (Laranjeiras)", *Gazeta Operária* (Rio de Janeiro) 1 de fevereiro de 1903: 3.

42. "A exploração nas fábricas de tecido", *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro) 15 de agosto de 1908: 2.

fábrica, ainda se isentou de pagar o que devia ao operário. A vitória da operária, neste caso, representou a demissão de Salvador Santos, que perdeu o emprego por colocar em situação de ameaça uma mulher favorecida nesse ambiente.

No segundo caso, o chefe de máquinas e o operário Sergio se envolveram em uma briga porque disputavam um interesse comum (a operária). Entretanto, o senhor Almeida utilizou-se de seu cargo de influência para sair vitorioso do conflito com o operário. A atitude do senhor Almeida foi além de uma tentativa de defender a honra da operária cortejada, representou uma forma de afastar os outros homens da sua trabalhadora protegida e expor que embora partilhassem o interesse pela moça, a diferenciação hierárquica foi crucial para que o chefe de máquinas obtivesse êxito na divergência.

Podemos compreender que as operárias que se utilizavam desses mecanismos de proteção se tornavam, nesses ambientes hierarquizados de trabalho, funcionárias favorecidas. Destaco tal prática como um meio de obter benefícios em um espaço de exploração feminina e em que os superiores gozavam de privilégios e exerciam poder sobre os inferiores.

Outra questão foi a baixa representatividade feminina nas reivindicações públicas, fator refletido por parte de algumas trabalhadoras. Segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, os homens consideravam as mulheres sem consciência política,⁴³ ou seja, não as julgavam aptas para a luta ao lado deles e pertencentes unicamente à esfera doméstica. Nesse sentido, torna-se possível pensar que as mulheres se sentiam excluídas da luta pelos homens, pois, além dos cargos de liderança dos ambientes políticos serem, geralmente, dominados pelos homens, ainda se sentiam humilhadas por eles por defenderem que esses não eram espaços para mulheres. Entretanto, conseguimos encontrar nas fontes iniciativas de operárias para a formação de associações femininas:

Companheiras, dia a dia se torna mais urgente a organização de uma Associação para tratar dos nossos interesses. Companheiras, vamos pôr de parte essa vergonha, esse acanhamento que nos domina e sigamos de mãos dadas a imitar os nossos companheiros; vamos abrir esse caminho que ainda não foi aberto para nós, porque se há duas ou três que querem imitar (a esses bravos lutadores que já se acham em meio de uma estrada que para eles foi, ao princípio de espinhos, espinhos esses que por meio de sacrifícios tornam-se flores) a maior parte não se move pela falta de propaganda da parte daqueles que julgam que a mulher é um objeto de luxo, ou que a mulher só serve para criar os filhos e os serviços domésticos; [...] somos as mais escravizadas e humilhadas pelos homens e pelos industriais que exploram vergonhosamente o trabalho da mulher! Companheiras, fui convidada pelo nosso companheiro Silva Neves, muito digno associado da Liga dos Artistas Alfaiates, para conferenciar com algumas companheiras mais, a fim de ser organizada uma associação operária feminina, e faço votos para que nesse dia marcado não faltem não só as

43. Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, “Espaço feminino no mercado produtivo”, *Nova História das Mulheres no Brasil*, orgs. Carla Bassnezi Pinsky e Joana Maria Pedro (São Paulo: Editora Contexto, 2013).

que querem organizá-la, como também aquelas que perderam o seu precioso tempo em lerem estas linhas, feitas a última hora. Companheiras, a união faz a força!⁴⁴

Elvira Fernandes, outra operária, propunha a criação de uma sociedade de mulheres proletárias, foi uma importante propagandista socialista no início do século XX no Rio de Janeiro e assinou artigos em periódicos operários como *A Época* e *A Lanterna*. Em 1916, convocava trabalhadoras à sindicalização: "Para tratarmos de uma sociedade que reúna todas as mulheres proletárias desta capital, defendendo-lhes os direitos, foram hoje, à Rua Visconde de Sapucaí n. 240, e sob a presidência da Sra. D. Elvira Fernandes, tomadas várias deliberações pelas interessadas"⁴⁵

A partir das iniciativas de ambas militantes operárias foi possível pensar que algumas trabalhadoras julgavam que somente com a criação de sociedades femininas é que os direitos das mulheres seriam defendidos e suas demandas teriam a importância necessária. Vemos em Elvira Vilella uma tentativa de suscitar em outras trabalhadoras o desejo de afiliação em associações femininas, assim como, um incentivo para uma maior concentração de mulheres na luta política.

No entanto, mesmo que em determinadas ocasiões a luta no espaço público das ruas ao lado dos homens fosse conflituosa, devido a alguns deles considerarem as mulheres sem consciência política, encontramos, nas fontes, situações em que as operárias apoiaram as reivindicações ou greves dos operários, mas, levaram à tona também suas reivindicações ou tornaram suas demandas um dos motivos de entrada em greve. A seguir, apresentamos um fragmento de notícia em que se evidencia uma dessas ocorrências:

A primeira declaração de greve partiu de bocas femininas. Foram as mulheres que trabalham em sacos que a decretaram em primeiro lugar. Ainda ontem as mulheres forneceram aos grevistas a nota alegre, abandonando o serviço em vários estabelecimentos e apresentando-se na Federação Operária. Foi assim que ontem, depois do meio-dia, vimos um grupo de senhorinhas que, alegres como borboletas, também iam emprestar a sua solidariedade aos operários, pois tinham abandonado o serviço. Eram costureiras da Fábrica Confiança e de mais algumas casas comerciais. E alegres e satisfeitas, vimos-las na Federação Operária, a discutir entre as outras o preço do seu trabalho.⁴⁶

Aqui, percebemos que as operárias foram prestar solidariedade à paralisação dos trabalhadores, porém com o intuito de discutir os valores do trabalho feminino. Também em 1903, a demanda de uma operária foi um dos motivos integrantes para que os trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica Aliança aderissem à greve iniciada pela Fábrica Cruzeiro, que acabou tomando proporção de greve geral.

44. Elvira Vilella de Carvalho, "As operárias", *Brazil Operário* (Rio de Janeiro) 1 a 15 de agosto de 1903: 4.

45. "Mulheres proletárias", *A Lanterna* (Rio de Janeiro) 14 de dezembro de 1916: 4.

46. "As mulheres na greve", *A Época* (Rio de Janeiro) 25 de julho de 1917: 2.

Além dos motivos já conhecidos a respeito do trabalho em fábricas de tecidos: longas jornadas de trabalho, baixas remunerações, tratamento violento por parte dos mestres e gerentes, houve um incidente detonador: o diretor da fábrica negou o pedido feito por uma comissão de operários para readmitir uma trabalhadora dispensada pelo mestre de teares Ferreira da Silva. A operária demitida, uma viúva polaca, de nome Ludovica, havia sofrido abuso sexual do mestre mencionado, ficou grávida e foi por ele abandonada.⁴⁷

A trabalhadora afastou-se da companhia durante um mês para dar à luz no hospital. Quando voltou à fábrica, o mestre Ferreira da Silva impediu-a de ocupar sua função alegando que ela não era mulher honesta. Outro fator determinante foram as demissões arbitrárias de dois operários que, segundo seus companheiros, cometeram falta leve.⁴⁸

Segundo o seu supervisor, Ludovica não era mais digna de trabalhar naquele ambiente por lhe faltar “honestidade”. Assim, o mesmo mestre que abusara dessa operária tinha o poder de julgar sua dignidade, valendo-se de uma certa “masculinidade” e por ocupar um cargo privilegiado na fábrica.

Da mesma forma que o discurso da moralidade foi utilizado pelo mestre para colocar em dúvida a credibilidade de Ludovica também foi apropriado por parte da grande imprensa como meio de legitimar a greve dos/as operários/as dessa fábrica, visto que após esse ocorrido, juntamente com os motivos já expostos, os/as trabalhadores/as da Fábrica Aliança decidiram aderir à greve encabeçada pelos companheiros da Fábrica Cruzeiro. “Propala-se num zum-zum de boato surdo que uma operária fora desacatada em sua honra por pessoa de posição em uma fábrica, e daí o movimento coeso de uma justa desafronta da companheira, merecedora de reparação à ofensa de que foi vítima”.⁴⁹

Por conseguinte, se a preocupação com a moralidade da operária e a ameaça à sua honra apresentavam-se nos discursos de operários e militantes na imprensa, é possível perceber que tal questão igualmente representou motivo para união dos/as trabalhadores/as em torno de uma reivindicação e implementação de uma greve.

Cabe destacar, ainda, que, se em alguns casos, a pauta feminina teve relevância entre as demandas dos/as grevistas em paralisações conjuntas, como no caso anterior em relação ao abuso sexual, em outros, as demandas das operárias aparecem como mais uma pauta de reivindicação e, até mesmo, subentendidas nas propostas. No final do mês de julho, período em que diversas categorias de trabalhadores, como empregados em padarias, operários têxteis e da construção civil, entraram em greve no Rio de Janeiro, os operários e as operárias da Fábrica Carioca aderiram à paralisação, ao lado do operariado de outras fábricas da Gávea: a Corcovado

47. Marcela Goldmacher, “A ‘Greve Geral’ de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 e 1910” (Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009) 124-125.

48. Azevedo 43-44.

49. “Crônica”, *O Malho* (Rio de Janeiro) 22 de agosto de 1903: 4.

e a São Félix. Após reunião na sede do Centro Político Beneficente da Gávea, na Rua Jardim Botânico, n° 545, os/as grevistas informaram suas reivindicações:

- 1° - as oito horas de trabalho;
- 2° - a abolição dos trabalhos dos menores de 14 anos nas fábricas;
- 3° - serem os serões facultativos, das 18 às 21h e com o dobro dos salários;
- 4° - aumento de 30% dos salários em geral;
- 5° - dispensa de trabalho, às operárias, três meses antes e depois do parto;
- 6° - a abolição das multas;
- 7° - abolição das lançadeiras de chupar;
- 9° - serem os abonos feitos em dinheiro;
- 10° - escolas diurnas e noturnas para os filhos de operários;
- 11° - devido aos acidentes que se poderão dar, no trabalho, dentro das fábricas, haver um médico de prontidão e um enfermeiro para atender aos pacientes;
- 12° - pedir à Higiene Municipal para mandar reformar o sistema atual de esgotos da Fábrica Carioca, abrir janelas nas fábricas, para renovação do ar, extinção dos chuveiros nas salas dos teares e outras medidas higiênicas;
- 13° - o reconhecimento dos direitos da classe pelos patrões.⁵⁰

Entre tais demandas que procuravam estabelecer melhores condições de trabalho para os/as operários/as de fábricas têxteis, percebemos que apenas uma apresentava-se claramente como pauta referente ao trabalho feminino, aquela que procurava estabelecer uma dispensa pré e pós-parto. Em outras pautas, entendemos que as demandas das operárias constavam de forma subentendidas, como na proposta de que os serões fossem facultativos das 18h às 21h, visto que, nesse caso, além do cansaço físico enfrentado por ambos os sexos, deve-se atentar para o fato de que as mulheres trabalhadoras eram as responsáveis por outra jornada de trabalho, aquela efetuada no âmbito doméstico. Assim, as trabalhadoras que fossem obrigadas a fazer serão, ao sair às 21h, ainda executariam as tarefas domésticas após o extensivo turno de trabalho. Há ainda demandas em que as operárias são sub-representadas, como na reivindicação por aumento de salários, visto que não é mencionado que as mulheres recebiam menos que os homens e não se falou em equidade salarial.

Além da luta por melhores condições de trabalho manifestadas de diversas formas, como abordamos, as trabalhadoras também procuraram defender suas moradias nas vilas operárias e se posicionar contrárias a arbitrariedades por parte dos patrões. Para tal, as operárias se utilizaram, até mesmo, do recurso jurídico para reivindicar suas questões. Gostaríamos de exemplificar tal ação reivindicatória com o caso de despejo movido pela Fábrica Aliança contra as operárias Judith Gusmão Fernandes e Clarice Gomes Flores.

As grandes companhias têxteis da cidade do Rio de Janeiro possuíam vilas operárias, no entanto, as vagas nas casas eram insuficientes se comparadas ao número

50. "O movimento grevista no Rio", *A Época* (Rio de Janeiro) 28 de julho de 1917: 2.

de trabalhadores/as, o que resultava em uma concorrência no acesso à moradia e em arbitrariedades por parte dos patrões para despejo dos residentes. Segundo algumas denúncias publicadas em jornais, a permanência nas residências das vilas operárias dessas fábricas era instável, visto que por serem de posse da companhia, os patrões podiam despejar os moradores caso achassem motivo e não, necessariamente, pelo aluguel estar atrasado. Destacamos a seguir um caso que exemplifica tal situação:

Há mistérios de difícil interpretação. Está nesse número o que se passa com o operário *Joaquim Correa, que trabalha na Fábrica Cruzeiro há mais de três anos*, ocupando uma das casinhas da fábrica, e que acaba, agora, de ser despejado, não se sabe por que motivo! Pois que, se ele está doente, *tem duas filhas que trabalham na Fábrica Cruzeiro*, e cujos salários dão completamente para pagar os alugueis do cômodo em que acham instalados.⁵¹

O trecho acima evidencia que pelo menos três membros de uma mesma família trabalhavam na Fábrica Cruzeiro: um pai e duas filhas. Mas, se o operário Joaquim Correa se encontrava em afastamento por doença e estava sem vencimentos, suas filhas permaneciam no trabalho e sua renda familiar ainda permitia pagar o aluguel; contudo, mesmo aqui, a família estava sendo despejada da moradia.

Ressaltaremos outro caso no qual duas operárias procuraram se contrapor a tais arbitrariedades em relação à permanência nas moradias das vilas operárias. Em 17 de novembro de 1917, a Fábrica Aliança deu entrada em uma ação de despejo contra as operárias mencionadas. O estabelecimento têxtil havia alugado um de seus prédios localizado na Rua General Glicério, nº 61 para as operárias Judith Gusmão Fernandes e Clarice Gomes Flores mediante o aluguel de 70\$000 mensais. Segundo a companhia, as trabalhadoras estavam em dívida com o aluguel referente ao mês de outubro e, assim, solicitou junto ao Juízo da Quarta Pretoria Cível da Capital Federal que as informasse que deveriam desocupar em 48 horas o edifício da Aliança.

As operárias, então, se defenderam afirmando que o argumento de que estavam com aluguel atrasado era um falso pretexto para despejá-las no prazo de 48 horas. Entre os meses de novembro de 1917 e o início de janeiro do ano seguinte as Judith e Clarice procuraram reunir provas e, em 12 de janeiro de 1918, solicitaram junto ao Juízo que juntasse aos autos sua defesa e os documentos para os fins de direito.

Na defesa das operárias, o advogado Galba Machado argumentou que era praxe na Fábrica Aliança o desconto dos alugueis no ato do pagamento dos salários. Nesse sentido, as trabalhadoras não teriam como dever o aluguel à companhia e como provas, Judith e Clarice apresentaram seus comprovantes de recebimento de salários com desconto de 35\$000 referentes ao aluguel em cada um correspondente ao mês de outubro de 1917. De acordo com tal comprovante, depois de descontos (aluguel e contribuição para C. Beneficente), Judith Gusmão Fernandes,

51. "Reclamações", *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 21 de maio de 1909: 5. Grifo nosso.

que trabalhava na seção de teares, recebeu pouco mais de 35\$000, enquanto Clarice Gomes Flores, que trabalhava na Sala do Pano, depois de descontos (aluguel, contribuição para C. Beneficente e "dinheiro") recebeu 5\$180. As operárias ainda apresentaram comprovantes de pagamentos de mais sete trabalhadores/as para corroborar sua defesa de que os alugueis eram cobrados no dia do pagamento.⁵²

Três testemunhas também prestaram declaração em defesa das trabalhadoras: Joaquim Soares da Rocha, Joaquim Herrera e Joaquim Duarte. Todos ex-tecelões da Fábrica Aliança confirmaram em seus depoimentos que era costume da companhia descontar o valor do aluguel no dia do pagamento.⁵³

Entretanto, apesar da apresentação das provas e das testemunhas, a Fábrica Aliança ainda conseguiu requerer judicialmente o despejo das operárias do prédio de sua propriedade em 15 de janeiro de 1918. No dia seguinte, a força policial colocou em prática a ordem de despejo e retirou os pertencentes das operárias do prédio. Segundo consta, Judith e Clarice foram intimadas a recuperar seus bens na rua.⁵⁴

Apesar dos esforços, as operárias foram despejas do prédio que alugavam. No entanto, consideramos digno de destaque que o enfrentamento no campo jurídico perante uma das principais companhias têxteis do Distrito Federal deve ser encarado como um modo de reivindicação. Além disso, na ação inicial movida em 13 de novembro de 1917, a Fábrica Aliança solicitava que as operárias desocupassem o prédio em 48 horas; porém, em virtude do posicionamento das trabalhadoras em defender suas permanências na moradia, o processo se estendeu até janeiro do ano seguinte. Lutando juridicamente pelo espaço para viver, Judith e Clarice ainda se mantiveram no prédio por mais 2 meses.

Considerações finais

A experiência do trabalho no espaço público impacta diferentemente homens e mulheres, e as relações que se estabelecem nas fábricas e fora delas expressam essas assimetrias. Ainda que ocupando as funções que pagavam as menores remunerações, estando sujeitas a abusos sexuais e representações preconceituosas por parte de alguns de seus companheiros operários, além da preocupação com a moralidade feminina e o controle de sua liberdade no espaço do trabalho, as operárias têxteis não se limitaram a um papel de indiferença, pois procuraram construir modos de resistência para obterem benefícios nos ambientes de trabalho explorado das fábricas de tecidos, conjugando formas de agência feminina diante de um contexto histórico que buscava reforçar sua subordinação ao masculino.

Importante salientar que imagens sobre a escravidão eram recorrentemente utilizadas nas denúncias da classe trabalhadora pela imprensa e, por vezes, apresentavam

52. "Pretoria Cível do Rio de Janeiro, 4 (Freguesias da Glória, Lagoa e Gávea)", Rio de Janeiro, 1917. AN, Rio de Janeiro, n. 5445. Maço 1183. Gal A – 6N.

53. "Pretoria Cível".

54. "Pretoria Cível".

abordagens de gênero ligadas, ainda que grosseiramente, a esse passado recente: os tecelões, de forma mais geral, reforçavam suas críticas ao serem “tratados como escravos” nas fábricas, denotando uma superexploração do trabalho industrial, ao passo que as mulheres tecelãs eram bastante associadas, nas críticas da imprensa, aos assédios dos supervisores, com menções — nem sempre evidentes — às imagens de “escravidão sexual” combinadas com “prostituição” e vulnerabilidade, algo semelhante ao que foi observado por Cristiana Schettini e Fabiane Popinigis em um estudo sobre prostitutas e comerciários na cidade do Rio de Janeiro neste mesmo período, tal associação nos permite pensar porque suas formas de reivindicação e resistência foram, muitas vezes, silenciadas.⁵⁵

Neste sentido, cabe uma observação: embora os periódicos operários reproduzissem as falas masculinas predominantes ao longo do período analisado, percebemos que houve mudanças nas referências às mulheres operárias nesses jornais, justamente na medida em que as mobilizações operárias se intensificaram na cidade, sobretudo durante as greves de 1917 e 18. Sem dúvida, a militância operária — assim como o mundo à sua volta — restringia sobremaneira a atuação feminina, mas talvez valesse a pena ponderar que esse movimento, de forma concomitante, também era um dos poucos a dialogar com essa agência das mulheres.

Utilizando-se de modos de reivindicações dentro e fora das fábricas de tecidos do Distrito Federal, as operárias procuraram se posicionar frente a formas de exploração, abusos, imposições arbitrárias das companhias e tentaram criar associações exclusivamente femininas, para que suas demandas tivessem o protagonismo necessário e com o intuito de que as companheiras se sentissem mais à vontade para ocupar os espaços públicos de militância. Indubitavelmente, focalizar as formas de reivindicação das operárias têxteis abre novas possibilidades e questões para as análises dos mundos do trabalho.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (AN)
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BN)

Impressas

Prefeitura do Distrito Federal. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal). Realizado em 20 setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

55. Cristiana Schettini e Fabiane Popinigis, “Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano”, *ArtCultura* 11.19 (2009): 66-67.

Periódicos

- A Época* (Rio de Janeiro) 1913-1917.
A Lanterna (Rio de Janeiro) 1916.
A Razão (Rio de Janeiro) 1917-1918.
A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro) 1908-1913.
Brazil Operário (Rio de Janeiro) 1903.
Correio da Manhã (Rio de Janeiro) 1903-1909.
Gazeta Operária (Rio de Janeiro) 1902-1903.
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 1901.
O Baluarte (Campos) 1911.
O Fluminense (Niterói) 1907.
O Malho (Rio de Janeiro) 1903.
The Rio News (Rio de Janeiro) 1899.

Bibliografia

- Azevedo, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 2005.
- Blay, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- Esteves, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Farnsworth-Alvear, Ann. "El misterioso caso de los hombres desaparecidos: género y clase en el Medellín de comienzos de la era industrial". *Historia y Sociedad* 3 (1996): 141-167.
- Fraccaro, Glaucia Cristina Candian. "Os direitos das mulheres – Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)". Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- Gazzola, Tranquillo e Maria Lúcia Franco Azambuja. "A mulher e o processo produtivo". *Publicatio UEPG – Ciências Humanas* 8.1 (2000): 31-49.
- Goldmacher, Marcela. "A 'Greve Geral' de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 e 1910". Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- Hahner, June E. *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres / Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- Lloyd, Reginald. Dir. *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.
- Matos, Maria Izilda e Andrea Borelli. "Espaço feminino no mercado produtivo".

- Nova História das Mulheres no Brasil*. Orgs. Carla Bassnezi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- Monteiro, Ana Maria Ferreira da Costa. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985.
- Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- Oliveira, Márcio Piñon de. “Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro”. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* 10.218 (2006). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-51.htm> (25/09/2017).
- Pena, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Perrot, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Schettini, Cristiana e Fabiane Popinigi. “Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano”. *ArtCultura* 11.19 (2009): 58-74.
- Stein, Stanley J. *Origens e evolução da Indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- Stolcke, Verena. “Mulher e trabalho”. *Estudos Cebap* 26 (1980): 81-117.
- Versiani, Flávio Rabelo. “Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914”. *Revista Brasileira de Economia* 34.1 (1980): 3-40.
- Weid, Elisabeth von der e Ana Marta Rodrigues Bastos. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa / Confederação Nacional da Indústria, 1986.
- Weinstein, Barbara. “As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias de não-qualificadas a esposas profissionais”. *Cadernos Pagu* 4 (1995): 143-171.